

**“MUNDOS DO TRABALHO”, EDUCAÇÃO E GÊNERO:
I CONGRESSO OPERÁRIO MINEIRO E UMA ANÁLISE DA
PRESENÇA FEMININA NO JORNAL O CONFEDERAL¹**

***"WORLDS OF WORK", EDUCATION AND GENDER: I CONGRESSO
OPERÁRIO MINEIRO AND AN ANALYSIS OF THE FEMALE
PRESENCE IN THE NEWSPAPER O CONFEDERAL***

Daniela Oliveira Ramos dos Passos²

Renata Garcia Campos Duarte³

Isabelle Guedes Patrocínio⁴

75

¹ Trabalho financiado pelo edital 10/2022 de Pesquisa de Produtividade da Universidade do Estado de Minas Gerais - PQ/UEMG.

² Pós-Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2016). Mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2011). Graduação em História pela Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo (UNIPEL, 2006). Professora adjunta da FaE/UEMG. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* - Educação e Formação Humana - PPGE/FaE/UEMG. Coordenadora do Núcleo Tessituras de nós: núcleo de estudos, pesquisa e extensão em gênero, sexualidade e educação. Integrante do Grupo de Pesquisa em História dos Processos Educadores (GPHPE/FaE/UFMG) e o Núcleo História da Educação (NEPHE/UEMG). Membro do corpo editorial da Revista Educação em Foco (PPGE/FaE/UEMG). e-mail: ddanipassos@gmail.com.

³ Doutora em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Mestre em História Social, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2011). Bacharela e licenciada em História, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS, 2008). Professora no Departamento de Ciências Humanas e Fundamentos da Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais (DCHFE/UEMG-Ibirité). Membro do Centro de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE) e do Grupo de Pesquisa História dos Processos Educadores, ambos vinculados a UFMG. Membro do Núcleo de Pesquisa Tessituras de Nós: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gênero, Sexualidade e Educação, da UEMG. e-mail: renatagcdfae@gmail.com.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG). Bolsista do projeto de extensão As séries (de TV e de Streaming): Diálogos com Literatura, Filosofia e Educação coordenado pelos(as) professores(as): Dra. Daniela Passos; Dr. Paulo Caetano e Ms. Daniel Chacon. e-mail: isabellegpatrocinio@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as relações construídas entre o trabalho feminino e a educação, em Belo Horizonte, no início do século XX, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, a partir da análise do I Congresso Operário Mineiro, que criou o Centro Confederativo Mineiro e o seu porta voz, o jornal *O Confederal*. Igualmente, busca-se verificar as diferentes formas de representação das mulheres na imprensa operária, se como operárias, se a partir de um viés que as atrelava às tarefas domésticas, ou de outras formas. No que se refere à metodologia, essa se desdobra em duas etapas. A primeira, de caráter empírico, consiste na consulta, coleta e transcrição das fontes documentais, sobretudo o jornal *O Confederal*. A segunda etapa, analítica, baseia-se na sistematização e análise dos dados elencados.

Palavras-chaves: educação; gênero; trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the relationships built between women's work and education in Belo Horizonte, in the early twentieth century, during the formation process of the free labor market in Brazil, based on the analysis of the I Congress of Workers of Minas Gerais, the capital of Minas Gerais, and created the Mineiro Confederate Center and its spokesperson, the newspaper O Confederal. The aim is also to verify the different ways in which women were represented in the labor press, whether as workers, or from a bias that tied them to domestic tasks, or in other ways. As far as the methodology is concerned, it is divided into two stages. The first, of an empirical nature, consists in consulting, collecting, and transcribing the documental sources, especially the newspaper O Confederal. The second stage, analytical, is based on the systematization and analysis of the listed data.

Keywords: education; gender; work.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as relações construídas entre o trabalho feminino e a educação, em Belo Horizonte, no início do século XX, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, a partir da análise do I Congresso Operário Mineiro, ocorrido na capital mineira, no ano de 1907, que criou o Centro Confederativo Mineiro e o seu porta voz, o jornal *O Confederal*. Igualmente, busca-se verificar as diferentes formas de representação das mulheres na imprensa operária, se como operárias, se a partir de um viés que as atrelava às tarefas domésticas, ou de outras formas.

Há de se destacar que o processo de industrialização do Brasil no alvorecer do século XX, alterou a estrutura social e modificou hábitos e costumes tradicionais e familiares, o que

afetou as condições de vida e de produção social das mulheres. É nesse contexto que os movimentos sociais se organizaram e despontaram no cenário nacional, incluindo o movimento feminista.

O recorte espacial/temporal é a cidade de Belo Horizonte no decênio de 1901 a 1910, com foco no ano de 1907, ano do referido congresso e de publicação do periódico do Centro. Justifica-se por ser este um espaço eminentemente urbano, e por estar em fase de construção, logo, necessitando de mão de obra qualificada independente de gênero. A construção da nova cidade mineira recorreu à mão de obra dos trabalhadores imigrantes, atraindo, também, mão de obra de todas as partes do estado. O recorte temporal compreende a década do desenvolvimento sócio-político na capital mineira, o que nos possibilitará avaliar a dimensão dessa transferência de mão de obra do “interior” do estado para a nova capital.

No que se refere à metodologia, a proposta, ainda em desenvolvimento, se desdobra em duas etapas. A primeira, de caráter empírico, consiste na consulta, coleta e transcrição das fontes documentais, sobretudo o jornal *O Confederal*. O periódico foi publicado entre 02 de maio e 07 de agosto de 1907. A segunda etapa, analítica, baseia-se na sistematização e análise dos dados elencados.

A leitura e análise dos artigos do jornal *O Confederal*, por sua vez, permitirá mapear os temas que se relacionam à educação, questão do trabalho feminino e os “personagens” envolvidos nas notícias veiculadas, contribuindo, dessa forma, para a compreensão das relações de controle/autonomia que permeavam o ser mulher, mãe, esposa no contexto ora pesquisado.

Cabe ressaltar que o reconhecimento da imprensa como importante fonte histórica tem nos possibilitado resgatar momentos passados do cenário da vida cotidiana feminina, pois os jornais e revistas não são obras solitárias, mas:

[...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (...). Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. (LUCA, 2020, p.140).

A imprensa registra, comenta, forma opiniões, distrai. Por isso é importante estar atentas/os para os aspectos para a materialidade dos impressos, e entender que eles nada tem de “natural”, pelo contrário. Através de suas palavras e imagens reencontramos valores e comportamentos de um determinado tempo e espaço. E parte da consciência da riqueza documental dessa fonte fez aumentar a quantidade de estudos que usam a imprensa como suporte, pois: “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (LUCA, 2020, p.132).

Dito isso, acreditamos que as mulheres, além das tarefas domésticas, por vezes, exerciam trabalhos “fora de casa” com fins de complementação da renda familiar, por exemplo, como operárias de fábrica têxteis, empregadas domésticas, lavadeiras etc. Contudo, a hipótese inicial desse texto é a de que não havia oferta de cursos e outros projetos educacionais destinados a elas, bem como as referências às mulheres na imprensa operária de Belo Horizonte, quando ocorriam, se davam em virtude de sua importância ao bom andamento do lar, ou seja, com ênfase ao âmbito do doméstico, não havendo destaque em relação às tarefas exercidas fora desse local.

Optou-se pela organização deste texto em três partes. A primeira busca abordar a relação entre mulheres e os “mundos do trabalho”, discutindo historicamente de que modo estas se fizeram presentes nesse meio; a segunda trata sobre as possibilidades no campo da educação às mulheres, o que, em geral, se diferenciava conforme classe social; por fim, a terceira parte analisa de que modo um jornal operário de Belo Horizonte em especial, *O Confederal*, fez referência às mulheres, com destaque para a educação feminina.

1. MULHERES E “MUNDOS DO TRABALHO”: CONTEXTO HISTÓRICO

“Uma vagina para receber, um ventre para carregar, seios para amamentar e nenhum lugar além do lar.” (PERROT, 2005, p. 173).

Lendo a epígrafe podemos perceber que, por muito tempo, a história se esqueceu de trazer as mulheres como protagonistas dos acontecimentos da humanidade, como se a elas fossem destinados apenas à reprodução e o mundo do lar. Especificamente, o século XIX ocidental levou à divisão das tarefas e a segregação sexual nos espaços:

Lugar das mulheres: a maternidade e a casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no mercado de trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinadas as tarefas ditas não qualificadas (...) ao homem a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos. (PERROT, 2017, p. 198).

As mulheres são mais representadas e imaginadas pelos homens do que protagonistas das próprias histórias. Atuando sempre no seio da família, confinadas em casa, elas são/eram invisíveis. E, o que importa, é pensar as mulheres também em ação, inovando suas práticas, criando elas mesmas a história em movimento, mesmo porque uma história “sem mulheres” parece impossível atualmente.

79

Nos “mundos do trabalho” não foi diferente. Sempre trabalhando, seja na ordem do doméstico – da reprodução – ou das fábricas, elas não eram valorizadas, não eram visibilizadas. O primeiro não as remunerava e o segundo sem direitos garantidos. A industrialização do século XIX, a manufatura das fábricas, o conciliar trabalho doméstico com as longas horas nas fábricas, tudo isso tornou-se, paulatinamente, algo de mudança profunda na vida das mulheres. Segundo Michelle Perrot:

O trabalho é temporário. As operárias passam a vida toda na fábrica; são admitidas muito jovens, desde 12 ou 13 anos, permanecem no trabalho até o casamento ou até o nascimento do primeiro filho, voltando a trabalhar mais tarde, quando os filhos estão criados, e, se necessário, com eles. (PERROT, 2017, p. 119).

Além disso, as condições de trabalho nas fábricas eram péssimas: máquinas mal protegidas, acidentes – dedos e mãos cortados, jornadas longas: até 14 horas no começo da

industrialização e de cerca de 10 horas por volta de 1900. Locais desconfortáveis, mal arejados, sem refeitórios ou vestiários, isso sem contar os assédios sexuais que sofriam.

No Brasil, de início do século XX, tal contexto europeu também era bem similar. Nesse período, grande parte do proletariado era constituída por mulheres e crianças. Conforme Margareth Rago,

Em 1894, dos 5.019 operários empregados nos estabelecimentos industriais localizados em São Paulo, 840 eram do sexo feminino e 710 eram menores, correspondendo a 16,74% e 14,15%, respectivamente, do total de proletariado paulistano. Na indústria têxtil, encontravam-se 569 mulheres, o que equivalia a 67,62% da mão de obra feminina empregada nesses estabelecimentos fabris. Nas confecções havia aproximadamente 137 mulheres. Já em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria em São Paulo constata que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil enquanto as crianças respondiam por 22,79%. Em outras palavras, 72,74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças. (RAGO, 2017, p. 581).

Contudo, apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris do país, elas não foram, progressivamente, substituindo os homens no mercado de trabalho. Pelo contrário, aos poucos, foram expulsas do mundo fabril à medida que a industrialização incorporava cada vez mais a força de trabalho masculina. (RAGO, 2017). A luta das mulheres era constante a fim de se manterem no trabalho fora das casas. Os obstáculos eram inúmeros (como alguns já citados), sendo um dos piores: a hostilidade com que o trabalho feminino fora de casa era tratado no interior das famílias. A independência financeira das mulheres era algo que os homens procuravam combater, desqualificando o trabalho feminino e os mantendo com os privilégios na esfera pública.⁵

Citando Virginia Woolf, as mulheres ganharem o próprio dinheiro pode lhes gerar a liberdade de ir e vir, de opinar, de viver: “Ela não precisa mais usar da sedução para depender do dinheiro do pai, do irmão do marido. Uma vez que está fora do alcance do poder da sua

⁵ A fábrica era descrita como “antro da perdição”, “bordel”, enquanto a trabalhadora era vista como uma figura totalmente passiva e indefesa. Essa visão direcionava a mulher para a vida privada. Os argumentos de médicos, higienistas, juristas e jornalistas apelavam para o papel de mãe “que não consiste em abandonar os filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar”, acreditando que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família. (RAGO, 2017, p. 585).

família puni-la financeiramente, ela pode expressar suas próprias opiniões.” (WOOLF, 2019, p. 22).

Nesse sentido, algumas feministas desse período, no Brasil, iniciaram a divulgação de seus próprios ideais. Destaque para a *Revista Feminina* (1914-1936) que defendia os benefícios do trabalho feminino fora do lar, pois uma mulher independente financeiramente, “comprometida com os problemas da pátria”, educada, intelectualmente ativa, bem instruída e disciplinada, poderia edificar o lar e até mesmo o seu lado materno. (RAGO, 2017).

Já as mulheres negras, no Brasil, pós-1888, continuaram trabalhando nos setores considerados mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento, além de serem apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, por conseguinte, de qualquer direito de cidadania. Angela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe*, discutiu como a abolição da escravidão e a ascensão do chamado “trabalho livre” nas Américas fomentou a reconfiguração das relações sociais e de diversas formas de opressões (de classe, sexo e raça). Para Davis (2016), “a construção e seleção de padrões sexuais, hierarquizar sujeitos de acordo com as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços”, criaram a ideia de “lugares sociais”. Discutindo as opressões de classe, sexo e raça, Davis analisou as ressignificações sociais para legitimar hierarquias e relações de poder tipicamente capitalistas. Ainda assim, para a autora, o estabelecimento dos nexos causais entre capitalismo, sexismo e racismo evidenciou uma história não linear, repleta de contradições, entre diversos movimentos e lutas de resistência das mulheres, dos negros e dos/as trabalhadores/as. (DAVIS, 2016).

Assim, a abolição da escravatura não significou a libertação do povo negro. Pelo contrário, acentuou sua condição de marginalizado, enquanto o “desenvolvimento industrial” abria as portas para a mão de obra branca proveniente da Europa. Nessa mesma época, a mulher negra teve o papel preponderante de garantir a sobrevivência da sua família via serviços domésticos mal remunerados e não realizados por mulheres brancas, sobretudo àquelas vinculadas às elites.

No que se refere a cidade de Belo Horizonte, a formação da classe trabalhadora data do início da construção da cidade (1893-1897), a qual foi planejada pela elite política, quando

se fez necessário a contratação de operários para trabalhar nas diversas áreas da construção civil e nas atividades comerciais e industriais da nova capital mineira.⁶ (PASSOS, 2020). Houve, na capital, uma presença feminina significativa no mercado de trabalho, principalmente estrangeiras, período que marca os anos de 1897 a 1910, e se refere ao processo de consolidação da mudança da capital do estado que atraiu levas de trabalhadores/as de várias regiões de Minas e imigrantes estrangeiros, em especial italianos/as e portugueses/as. Vale ressaltar que, nesse contexto, a mulher pobre vivia o dilema de regular o parco salário do seu companheiro para suprir as necessidades domésticas ou escapar da miséria através do seu próprio salário e arriscar-se a sofrer o peso de “mulher pública”.

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre mulheres burguesas e pobres. Basta aproximar-se do tempo presente para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa (FONSECA, 2017).

Como dito, parte significativa do proletariado no Brasil do início do século XX era formado por mulheres e crianças, por isso se faz necessário entender um pouco mais essa dinâmica entre feminismo, “mundos do trabalho” e educação. As vivências cotidianas das mulheres sempre foram múltiplas e dinâmicas, o que traz à tona questionar não apenas o ambiente privado (a que teoricamente estavam inseridas), mas também o espaço da rua, o que nos mostra os aspectos tanto do trabalho quanto dos processos ditos “educacionais” para atender aos padrões de disciplinamento do período em questão. As elites e as instituições que se instalaram no espaço urbano belorizontino, em suas primeiras décadas de existência como

⁶ Belo Horizonte foi construída com o ideal de ser uma metrópole republicana, representando o que de mais moderno existia para o período. Ao romper com a antiga ordem política – monarquia – a capital mineira teria a missão de simbolizar a “ordem e o progresso” da nascente República. Através da intervenção estatal, foi planejada nos modelos urbanísticos inspirados nas construções dos centros urbanos de Washington e Paris. No plano das ideias, os engenheiros-chefes responsáveis pela edificação da cidade, se basearam, sobretudo, nos matizes filosóficos do positivismo e do racionalismo, assentando-se, ainda, em ideias sanitaristas que, conseqüentemente, proporcionaram um espaço modelar, disciplinado, de ordem social. (PASSOS, 2020).

capital, se alinharam ao ideário de progresso e modernização que guiaria o projeto de governo republicano e modificaria a vida política em seus níveis mais locais. E isso incluía também pensar as mulheres no espaço público em construção. (PASSOS; DUARTE; PATROCÍNIO, 2023)

2. MULHERES E EDUCAÇÃO NO LIMIAR DO SÉCULO XX

Ao longo do século XIX, em geral, era possível às mulheres das elites uma instrução atrelada às atividades domésticas e refinamento para o convívio social, e para tal contratavam preceptoras que ensinavam “primeiras letras, francês, música, piano e prendas femininas.” (VEIGA, 2006, p. 191).

A situação de mulheres pobres era bastante distinta, sendo possível a elas, quando muito, frequentar aulas de instrução pública, escolas normais e cursos profissionalizantes. O mais usual, entretanto, era que elas se dedicassem às tarefas domésticas, cuidando de seus lares, filhos e maridos. Apesar disso, Cynthia Veiga aponta o fato de que havia grupos favoráveis a emancipação feminina, desse modo, “ao lado de periódicos que enalteciam quase que tão somente a ‘natural missão’ das mulheres como mães, esposas e donas-de-casa, outros preconizavam sua participação mais ativa na sociedade e seu acesso aos cursos superiores.” (VEIGA, 2006, p. 192).

A educação feminina no início do século XX pouco se alterou em relação ao século anterior. Meninas de grupos sociais privilegiados aprendiam a ler, escrever e contar, além de habilidades como piano e francês e outras próprias a construção de uma boa mãe e esposa: culinária, bordado, rendas. Tornavam-se, desse modo, mais do que boas companhias aos seus maridos, mas também sujeitas aptas a os representar socialmente.

O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens. (LOURO, 2017, p. 446).

Guacira Lopes Louro afirma que, naquele contexto, existia um discurso hegemônico, o qual ultrapassava as fronteiras relativas às classes sociais, de que as mulheres deveriam ser mais educadas que instruídas, enfatizando a “formação moral, sobre a constituição do *caráter*; sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução.” (LOURO, 2017, p. 446, *grifo da autora*). Nesse sentido, à mulher cabia seu destino como esposa e mãe virtuosa que educava as gerações futuras, daí a importância de uma adequada formação moral, ajustada, inclusive, aos anseios da recém República inaugurada e a defesa da relevância da constituição de futuros cidadãos exemplares a nova forma de governo instaurada no Brasil.

No campo da educação, tendo como referência o trabalho de Amanda Castro e Rita Machado (2016), *Movimento Feminista no Brasil e América Latina: Reflexões Sobre Educação e Mulheres*, observamos que, historicamente, o acesso das mulheres à escolarização no Brasil e na América Latina foi fruto de lutas e de resistências. Para as pesquisadoras, tanto o feminismo quanto a educação popular são ferramentas importantes que contribuem para a geração de conhecimento através da experiência. Como exemplo de tal contribuição, citamos Nísia Floresta⁷, conhecida como a primeira mulher brasileira a lutar pelos direitos femininos, a qual enfrentou a legislação que impedia mulheres de frequentarem escolas avançadas. Contudo, o acesso desse grupo ao ensino superior só teve início no final do século XIX.

Vale ressaltar, ainda no final do século XIX, muitos intelectuais acreditavam que somente por meio do processo educacional o Brasil se constituiria em uma grande nação, dentro dos moldes europeus. Assim, fazia-se necessário que se educassem as mulheres para que essas educassem seus filhos, futuros cidadãos de uma sociedade civilizada e ordeira. Com a chegada do século XX e também com as novas oportunidades que se abriam as parcelas femininas, muitas mulheres transformaram a educação na bandeira de luta pelos seus direitos sociais e

⁷ Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, foi educadora e escritora brasileira, viveu de 1810 a 1885, e é considerada a primeira feminista na educação. Seu primeiro livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* foi publicado em 1832. Nele, a autora aponta: “a virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra.” (FLORESTA, 2010, p. 94). Desse modo, ela defende que a ciência também deveria ser de acesso das mulheres.

políticos, pois, somente aquela que fosse devidamente educada poderia ter a consciência da sua situação degradante e da sua capacidade em lutar pela sua emancipação (MANCILHA, 2012.).

A defesa de uma educação feminina foi, portanto, um dos objetivos arduamente perseguidos pelas mulheres letradas daquele período. Na Revista Feminina, não foi tampouco diferente; muitas das colaboradoras desse periódico insistiam na necessidade de uma educação adequadas e emancipatória a todas as mulheres brasileiras, e ainda criticavam a educação fútil e deformada, que por muito tempo foi oferecida. (MANCILHA, 2012 p.65).

Destarte, a preocupação das elites governantes em educar/formar o trabalhador cidadão não se limitava ao “universo” do labor masculino. Pelo contrário, estendia-se ao universo feminino impingindo às mulheres uma dupla responsabilidade nesse processo: como trabalhadoras/cidadãs e como mães responsáveis pela educação dos futuros cidadãos republicanos (TILLY, 1994).

Porém, independentemente de sua classe social, a educação feminina no contexto inicial republicano estava atrelada ao destino de ser mãe e a sua função social de formar seus filhos para a cidadania. Aliás, houve uma preocupação em engajar mulheres pobres, a partir das últimas décadas do XIX, no sentido de educá-las,

85

[...] vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. [...]. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior. (LOURO, 2017, p. 447).

A despeito disso, há de se destacar a existência no século XX, assim como no século anterior, de algumas vozes discordantes em relação a importância da educação de mulheres; tal como o posicionamento de alguns jornais libertários que se manifestaram favoráveis a libertação da mulher junto a um projeto de instrução de meninas em escolas libertárias. Porém,

tais iniciativas tiveram visibilidade em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, não sendo possível, ainda, percebê-las em Belo Horizonte.

3. MULHERES, TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO JORNAL O CONFEDERAL

O Confederal foi periódico do Centro Confederativo dos Operários, publicado em Belo Horizonte, sem periodicidade definida, entre 02 de maio e 07 de agosto de 1907. Considerando-se o seu número prospecto, foram publicadas cinco edições ao todo. Era resultado da terceira conclusão do Congresso Operário Mineiro, reunido em abril de 1907 em Sabará, a qual afirmava que, “para preparar o operariado para a luta profícua pelos seus direitos, o Centro Confederativo fundará uma imprensa livre e independente, de doutrina e propaganda.” (O CONFEDERAL, 02/05/1907, p. 01). O direito operário, segundo a folha, regularia as questões jurídicas entre capitalista e operário, sem sacrificar, contudo, por um lado, a liberdade e dignificação do trabalho; e, por outro, a expansão do capital.

86

Em geral, sobretudo nos seus primeiros números, o jornal buscou informar sobre o Congresso Operário Mineiro, bem como suas principais teses, conclusões e associações participantes, reforçando amplamente a constituição do referido direito operário.

O Centro Confederativo tinha por orientação o reformismo⁸, e lutava por dois principais pontos. O primeiro seria a instrução dos trabalhadores por meio de propostas a serem encaminhadas para o governo sobre a necessidade de fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais, de escolas profissionais e de belas-artes, além da concessão de auxílios às escolas fundadas pelas associações. O segundo ponto seria a participação dos trabalhadores nos sistemas parlamentares, através da eleição de representantes nas esferas do poder, fossem elas municipais, estaduais e/ou federais, para a defesa dos direitos trabalhistas. Para tanto, caberia às associações que faziam parte do Centro Confederativo apoiar e concorrer às eleições através

⁸ O termo “reformista” refere-se ao movimento operário que buscava mudar aspectos sociais definidos sem romper com ordem social e econômica, e visava conquistar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. No que concerne ao “reformismo”, ou “sindicalismo amarelo”, Cláudio Batalha (1990, p. 120) o analisa não apenas como uma corrente política una, mas de práticas mistas que poderiam ir “[...] desde o socialismo reformista ao mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoram republicanas, sociais ou cooperativistas.”

do Partido Operário Mineiro Independente, que deveria ser criado. (O CONFEDERAL, 02/05/1907).

Contudo, o ponto que nos interessa nesse trabalho é o que se refere à educação, com destaque para as mulheres trabalhadoras. Mesmo que as associações trabalhistas de Belo Horizonte – incluindo o Centro Confederativo, apresentassem como proposta a criação de escolas noturnas e diurnas para trabalhadores e seus filhos, o que se observa escrito nas páginas do jornal *O Confederal* é algo que ainda exclui as mulheres do lugar do saber. A mulher, belorizontina, precisava ser “recatada e do lar”. No artigo “Progressos do Feminismo”, sem autoria – assim, supomos que seja da editoria do jornal, a seguinte situação era descrita:

Acentua-se diariamente os progressos do feminismo, que tende a deslocar a mulher do centro da família onde é seu verdadeiro lugar, para, por um mal-entendido princípio de liberdade e igualdade colocá-la sob os azares da política, o que muito concorrerá para a desorganização da família e da sociedade. Assim é que já existem na Noruega mulheres conselheiras municipais; na Nova Zelândia, eleitoras; na Rússia, funcionárias municipais substitutas; mas é na Finlândia o primeiro país que vê figurar no seu Congresso as primeiras mulheres deputados, e com mais esta circunstância o elemento feminino via ali representar um décimo do número total de deputados, pois são eles em número total de 200, e entre estes contam 19 mulheres. Entre essas representações do povo finlandês acham-se várias intelectuais; mas também ali vemos uma parteira e uma... cozinheira, de sorte que pode-se afirmar que lá há a verdadeira liberdade de voto, que no Brasil só se vê nos programas e manifestos. **Que este aspecto do feminismo não tente a mulher brasileira, cujos inestimáveis serviços precisam, por demais ser aproveitados na educação da família para a preparação do nosso povo afim de que o nosso Brasil progrida sol a sol vivificante da liberdade e da igualdade!!** (O CONFEDERAL, 01/07/1907, p. 01, grifo nosso).

Podemos perceber que talvez existisse uma importância significativa sobre a temática do feminismo, já que a notícia está na primeira página, porém o artigo aborda sobre a trajetória do feminismo em outros países e como ele desloca a mulher do centro da família, como um mal que deve ser impedido e um desejo que não atinja a mulher brasileira, de modo que ela possa se dedicar à educação da família e preparação do povo. Considerando este ponto, é possível pensar que, além de importância, também havia um incômodo sobre tal temática. Como dito a respeito de Belo Horizonte, a mulher também fez parte da construção da nova capital, enquanto

trabalhadora atuante no espaço público. Para quem então esse artigo era destinado? E como ela poderia ajudar a manter financeiramente sua família sem trabalho? Qual mulher não trabalhava, fosse como doméstica ou operária? Ademais, é interessante destacar no trecho acima, certa desqualificação de saberes tradicionalmente femininos ao fazer admirada referência a parteira e cozinheira entre as 19 deputadas finlandesas.

Na edição de n. 03 do jornal de julho de 1907 há um artigo que se refere à mulher sendo a pessoa responsável “pela evolução moral dos povos” e por manter o marido no “caminho certo”. A “paz no lar” somente ocorreria por meio da perfeita harmonia do casal, sendo a dedicação da mulher como esposa e mãe algo fundamental para um “lar equilibrado e cheio de amor”. Elas precisariam abrir mão da vaidade e do desejo. Cuidar para que os “esposos não caiam na jogatina” e “deixar de lado” os maus feitos dos maridos, dando a eles carinho, mesmo em suas faltas, “aconselhando-o, orando” para que estes encontrem o “caminho da lei”.

E é preciso que a mulher em geral, muito principalmente a esposa e mãe, saiba o quanto influi, qual é o seu papel na evolução moral dos povos. É preciso que saiba que a esposa não se liga na terra ao esposo somente pelos interesses materiais. Não! Existem outros de maior importância, de ordem moral. (...) É preciso saber que a harmonia do lar, que é o átomo da harmonia dos mundos atrasados, concorre bastante com o pequenino valor das suas notas para a grande harmonia da orquestra universal do Eterno. (O CONFEDERAL, 15/07/1907, p. 02-03).

88

O artigo continua na edição n. 04, de início de agosto de 1907, no qual podemos observar que o texto foi assinado por um pseudônimo feminino, Emilia Freitas Vieira. A escrita adota a linha do que já vinha sendo publicado: o da mulher que é a “rainha do lar” e que, por isso, precisa agir como tal para manter o lar coeso e pacífico:

Toda mulher sensata e boa, que sabe dar pelo espírito e pelo coração, encanto ao lar, aperta mais, de ano para ano, o laço do amor conjugal, que se tornará eterno no centro da harmonia dos mundos. Mas, para isto, é preciso que a esposa e mãe tornem-se uma espécie de providência do lar; esqueçam-se de si, para se lembrarem sempre de todos de sua casa. (O CONFEDERAL, 07/08/1907, p. 04).

E o artigo segue afirmando que o papel da mulher e a sua responsabilidade é de manter o amor dentro de seu lar, mesmo que para que isso seja necessário que ela abdicasse de si mesma, não perturbando o marido “com exigências levianas, como sejam, dinheiro para compra de rendas, fitas, iguarias delicadas, dar passeios dispendiosos e outras ninharias custosas.” (O CONFEDERAL, 15/07/1907, p. 02-03).

Cabe ressaltar que é preciso ler o jornal dentro do seu contexto de escrita. Nos primeiros anos do século XX, a mulher era retratada como algo inanimado: flores, arte, virtudes, etc., ou com qualidades morais, reforçando sua passividade, suavidade ou mesmo falta de ação. E quando havia alguma ação, esta se reflete no assistencialismo, no cuidado. A mulher era vista e descrita na imprensa como a “qualidade das qualidades”. Um ser abstrato, incorpóreo, não personificado. Não se trata da mulher pessoa de carne e osso, e sim de uma metade ideal do gênero humano. (BUTONI, 2009).

A representação da mulher no campo da educação a designa como sendo a responsável pelo caráter moral dos filhos. Na edição de 15 de julho de 1907, no artigo *A Jogatina*, há uma forte crítica aos jogos de azar, considerados obstáculos a vida dos homens operários da capital. O jogo é descrito como algo que leva ao “vício, elimina os bons sentimentos e costumes, sendo o homem vicioso um ser inútil para a nação que se quer civilizada.” Nesse sentido, cabe às mulheres educarem os homens – filhos e maridos – para se constituírem cidadãos aptos a contribuir para o futuro do país.

(...) Se as mães compreendessem todo o mal que advém para seus filhos, da jogatina, buscariam combatê-lo, ainda quando o espírito se verga perante os sãos conselhos, inculcando no espírito da criança uma repulsão por esse vício, que traz consigo o princípio de todos os outros vícios. (O CONFEDERAL, 15/07/1907, p. 03).

Ainda que a nova capital mineira estivesse se tornando cada vez mais cosmopolita, os arranjos sociais, como a família, ainda eram descritos como algo tradicional, sendo a mulher o alicerce mais forte dessa instituição:

[...] a mulher é a formosura que tudo sorri, a caridade que tudo cura, a fé que comunica perpetuamente com o céu, a virtude benéfica, a santa poesia do Lar, o anjo que se inclina sobre o berço e sobre o leito de dor, e deposita com suas lágrimas o orvalho do céu em nossa vida, o espírito de ordem, de economia, a consolação de todas as dores, o sorriso celeste, o bálsamo que tira todo o veneno às feridas da existência, a oração que de contínuo levanta a família a Deus, e enche de harmonias e de virtudes todo o lar [...]. (O CONFEDERAL, 07/08/1907, p. 03).

Mesmo o jornal de Sete de Agosto de 1907 publicando um pequeno trecho – 03 linhas – sobre a visita de uma escritora de renome a capital mineira, Carmem Dolores⁹, podemos perceber que o periódico em questão parece seguir uma linha conservadora do que pregava a modernidade republicana belorizontina: harmoniosa, ordenada e disciplinada. Contudo, há de ressaltar que a visita da escritora é bem significativa, visto que destaca a presença feminina para além das fábricas e/ou do lar; isso porque uma mulher escritora acaba por quebrar alguns paradigmas sociais e contribui para pensarmos em mulheres que também fazem/faziam histórias.

Por fim, cabe afirmar, que a mulher, sendo ela operária ou não, era descrita pelo jornal como alguém sem liberdade de ação fora do lar, cuja as virtudes domésticas e as qualidades “femininas” eram destacadas, sendo ela ainda a responsável pela educação moral dos homens, para que estes pudessem agir fazendo o bem e visando o progresso da nação. Isso posto, percebe-se que o periódico estava em sintonia com as propostas republicanas do Brasil à época, ou seja, à mulher cabia o destino de ser mãe com a grandiosa tarefa de formar os seus filhos para a cidadania.

⁹ Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852-1911) nasceu no Rio de Janeiro, era jornalista, romancista, contista e dramaturga, e se dedicou também à poesia e à crítica. Colaborou em jornais e revistas, entre as quais *A Vida Elegante*. Usava o pseudônimo Júlio de Castro para escrever contos em *O Paiz*, jornal de maior tiragem da América do Sul, na época. Como Leonel Sampaio escrevia artigos de crítica literária. No jornal *Étoile de Sud*, assinava como Célia Márcia, mas foi como Carmem Dolores que se destacou e que durante cinco anos, de 1905 a 1910, assinou suas crônicas na coluna dominical *A Semana*, na primeira página de *O Paiz*. Publicou, em 1897, o livro de contos *Gradações*. Em 1910 lançou *Ao esvoaçar da ideia*, reunião de crônicas. Publicou *Lendas brasileiras*, uma coleção de 27 contos para crianças. Recebeu homenagem póstuma em 1934 com a publicação de *Almas complexas*. (Figueiro, Maria do Sameiro. *Carmem Dolores*. In: Biblioteca Nacional Digital. <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/carmem-dolores/>. Acesso: 21/02/2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar as relações construídas entre trabalho feminino e educação, no início do século XX, em Belo Horizonte, a partir da análise do jornal *O Confederal*, órgão do Centro Confederativo dos Operários, este criado como resolução do Congresso Operário Mineiro em 1907. O periódico se insere no contexto das primeiras décadas da República, e o momento em discussão levava em conta a articulação entre educação e civilização feita pelo Estado, sendo a educação o caminho para a civilidade, a ordem e o progresso. Além disso, a educação estava relacionada à instrução dos trabalhadores em função das alterações das relações de trabalho – fim da escravidão dos povos negros - e de mudança de regime político do país – fim do Império.

A partir da análise do jornal, foi possível verificar as formas como as mulheres foram representadas, onde percebemos que, apesar do Centro Confederativo defender a criação de escolas para operários, tal proposta não englobava as mulheres. Desse modo, dada a ausência explícita da defesa da criação de escolas para as mulheres, é possível confirmar a hipótese inicial de que referências às mulheres no jornal analisado eram feitas tendo em vista a concepção de serem elas peças fundamentais ao desenvolvimento e organicidade do lar, e perpetuação da instituição família.

Também foi abordada nesse texto a relação entre as mulheres e os “mundos do trabalho” no sentido de compreender quem eram essas mulheres trabalhadoras em um contexto mais geral, mas igualmente local, considerando a cidade de Belo Horizonte. Ainda que houvesse um discurso sobre a importância das mulheres como mães protetoras do lar, enunciado que como vimos as coloca como formadoras de cidadãos no início do período republicano brasileiro, as mulheres sempre trabalharam. Embora seus trabalhos fossem malvistas, seja para suprir necessidades de sua família ou somar às rendas de seus companheiros, tanto em fábricas como realizando tarefas domésticas, que não eram executadas por mulheres das elites, como lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, parteiras.

Apesar da existência de alguns setores e grupos favoráveis à educação feminina no período republicano com a finalidade de emancipação feminina, a educação de modo geral

acabou por reforçar estereótipos e expectativas já existentes a respeito das mulheres. Ou seja, a ênfase educacional esteve atrelada a constituição de uma boa esposa e mãe, sendo estas as maiores contribuições sociais das mulheres para a nascente República brasileira.

REFERÊNCIAS

BATALHA, C. H. M. (1990). Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira república. **Ciências sociais hoje**, São Paulo, p. 117-127,

BUITONI, D. S. (2009). **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summu.

CASTRO, A. M. & MACHADO, R. de C. F. (2016). Movimento Feminista no Brasil e América Latina: Reflexões Sobre Educação e Mulheres. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 22-39, jan./abr. 2016.

92

CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. **O Confederal**, Belo Horizonte, 02 de maio de 1907.

CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. **O Confederal**, Belo Horizonte, 01 de julho de 1907.

CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. **O Confederal**, Belo Horizonte, 15 de julho de 1907.

CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. **O Confederal**, Belo Horizonte, 07 de agosto de 1907.

DAVIS, A. (2016) **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo.

PASSOS, D. O. R. dos; DUARTE, R. G. C.; PATROCÍNIO, I. G. (2023). Mulheres, história do trabalho e educação: a representação feminina através do jornal “O Labor” (1905). In: PASSOS, D. O. R. dos; ANDRADE, A. P.; GUEDES, R. S. (Org.). **Ser mulher no século XXI**: desafios, direitos, conquistas e vivências. 1ed. Belo Horizonte: Editora: UEMG, 2023,

p. 37-58. Disponível em: <https://editora.uemg.br/component/k2/item/237-ser-mulher-no-seculo-xxi>.

FANGUEIRO, M. S. **Carmem Dolores**. In: Biblioteca Nacional Digital. <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/carmem-dolores/>. Acesso: 21 fev. 2022.

FLORESTA, N. (2010). Direitos das mulheres e injustiças dos homens. In: Duarte, C. L. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana,

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. (2017). In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. (p. 510-553). 10 ed. São Paulo: Contexto.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. (2017). In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. (p. 443-481). 10 ed. São Paulo: Contexto.

LUCA, T. R de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. (p.111-154) 3ªed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

93

PASSOS, D. O. R. dos. A construção da cidade de Belo Horizonte e a formação educacional das classes trabalhadoras (1893-1930). **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 15, n. 40, p. 104-120, 2020. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/2195>. Acesso em: 15 out. 2021.

MANCILHA, V. M. N. (2012). Vozes Femininas: um estudo sobre a Revista Feminina e a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução. **Dissertação de mestrado em História**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

PERROT, M. (2005). **As mulheres ou os silêncios da história**. Florianópolis: Edusc,

PERROT, M. (2017). **Minha História das Mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto.

PERROT, M. (2017). **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiro**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RAGO, M. (2017). Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. (p. 578-606). 10 ed. São Paulo: Contexto..

TILLY, L. A. (1994). Gênero, história das mulheres e história social. In: **Cadernos Pagu** (3), p. 29-62.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2006.

WOOLF, V. **Três Guinéus**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Submetido: 25/05/2023

Aprovado: 11/12/2023